

A RE-PRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS NO PENSAMENTO DE HENRI LEFEBVRE: CONTRIBUIÇÃO À FORMAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL*

Daniele Batista Brandt

Isabel Cristina da Costa Cardoso

Mônica Brun Beveder

Introdução

Este é um texto que parte da convergência dos processos de pesquisa das autoras, materializados em duas teses de doutorado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e de uma estratégia coletiva de formação e estudo, o UrbanoSS - Grupo de Estudos sobre Espaço Urbano, Vida Cotidiana e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social (FSS), da UERJ, dedicado também ao estudo do pensamento de Henri Lefebvre.

A apresentação da obra de Lefebvre é um convite a não fragmentação de seu pensamento, que é, em verdade, um todo unitário constituído por distintos “momentos” que se entrelaçam e complementam. O desafio do texto é, assim, não compartimentalizar sua vasta obra, evidenciando a potência de seu pensamento para a tradição marxista e a leitura dialética da realidade em movimento.

O capítulo objetiva analisar a formulação conceitual da re-produção das relações sociais de produção como chave interpretativa à obra lefebvriana e à própria tradição marxista, notadamente através da centralidade conferida à vida cotidiana e à produção social do espaço, a partir do desenvolvimento da sociedade capitalista. Analisa-se a redução do cotidiano à cotidianidade programada e do espaço social ao espaço abstrato, subsumido à lógica da mercadoria. A partir da ênfase lefebvriana sobre a dialética das contradições e o não fechamento do real e do seu devir histórico em uma totalidade fechada e sistêmica, analisam-se as contradições da práxis humana no sentido de flagrar os processos de deses-

* DOI – 10.29388/978-65-86678-15-4-0-f.117-150

truturação das práticas de dominação, contidos na dinâmica de re-produção social, no nível da vida cotidiana e na dinâmica da produção do espaço. Tal processo é analisado através da ideia de “resíduo”, que expressa o caráter irreduzível da práxis ao seu fechamento em uma totalidade sistêmica, fechada à ordem social capitalista. Nesse sentido, são analisados também os conceitos de direito à cidade, apropriação-obra, e do movimento dialético do possível-impossível. Por último, o capítulo busca colocar em diálogo o Serviço Social com algumas das sínteses analíticas sobre o pensamento lefebvriano. Para tanto, elege a formação profissional e constrói três “campos de complexidade” para refletir sobre as possibilidades desse encontro teórico-metodológico e político. O texto defende a ideia de que tal interlocução contribui para a efetivação dos princípios de apreensão da totalidade social e de tratamento teórico e metodológico rigoroso da realidade social e do Serviço Social.

A re-produção das relações sociais no pensamento de Lefebvre

Lefebvre foi um intelectual das margens, pouco convencional e avesso às formalidades academicistas (BEVEDER, 2019). Especialmente entre as décadas de 1950 e 1970, as críticas contra ele provenientes do campo marxista se tornaram recorrentes e mais duras, em virtude sobretudo de sua luta contra as vulgarizações do marxismo pelo chamado “marxismo oficial” e, posteriormente, pela forte influência estruturalista. Nessa “batalha das ideias”, a noção de re-produção das relações sociais se revela como importante arma contra a tentativa de construir e difundir um marxismo “verdadeiro” e oficial. Contra tal dogmática, Lefebvre ambiciona contribuir para restituir a integralidade e riqueza do pensamento de Marx - principalmente pelo resgate dos escritos de sua juventude, considerados “anticientíficos” e pré-materialistas – notadamente através do retorno à dialética.

Para Lefebvre, o processo de problematização da reprodução social sofreu demasiados golpes até tornar-se temática valorizada e desenvolvida pelos marxistas. Tal campo da práxis exige um estudo aprofundado ainda mais em virtude das significativas transformações durante o conturbado século XX, quando “o modo de produção capitalista deve se defender num *front* muito mais

amplo, mais diversificado e mais complexo, a saber: a re-produção das relações de produção” (LEFEBVRE, 2008a, p. 47, grifos do autor).¹

A problemática da reprodução das relações sociais é uma chave teórica para a análise da realidade como totalidade concreta e contraditória, não acabada, sempre em processo de totalização. Além de contribuir para pensar a conexão entre dimensões da realidade, a noção-continente de re-produção das relações sociais de produção tem caráter global, isto é, admite a conjugação e simultaneidade de distintas temporalidades históricas e permite articular as análises sobre o cotidiano e a realidade urbana.

Entendida como uma “constelação de conceitos” (LEFEBVRE, 1973, p. 6), dos quais se destacam a vida cotidiana, o urbano, o espaço e a produção do espaço, a noção de re-produção das relações sociais foi formulada com o intuito de servir como “fio condutor, um instrumento intelectual para descrição e a análise crítica do ‘real’” (LEFEBVRE, 1973, p. 6) no estudo da sociedade capitalista contemporânea. Sua importância reside na capacidade de abarcar a totalidade das relações de produção, não atendo-se à reprodução biológica, à reprodução material ou à reprodução espiritual da sociedade. Nas palavras de Lefebvre,

A questão das relações de produção e da sua reprodução não coincide com a da reprodução, segundo Marx, dos meios de produção (força de trabalho, maquinaria), nem com a da reprodução alargada (crescimento da produção). Está fora de dúvida que, para Marx, a reprodução dos meios de produção e a continuidade da produção material vão a par com a reprodução das relações sociais [...] São aspectos inseparáveis dum processo que comporta simultaneamente movimentos cíclicos e lineares, a saber, nexos de causas e efeitos (linearidades), mas também resultados que geram de novo as suas condições e razões (ciclos) (LEFEBVRE, 1973, p. 8).

Num estudo sobre o pensamento de Lefebvre e a centralidade da vida cotidiana, Beveder (2019) sugere pensar a concepção lefebvriana a partir de três eixos que, embora já presentes no pensamento de Marx, foram retomados e desenvolvidos para pensar a reprodução das relações sociais.

¹ Pontualmente, o tema da dinâmica da reprodução das relações de produção comparece na obra de Lefebvre de forma explícita e direta no livro “A Re-produção das Relações de Produção” (1973). Entretanto, tal problemática marca presença já no primeiro volume da trilogia da “Crítica da Vida Cotidiana”, publicado em 1946, mas nele se apresenta de forma indireta, reclamando um desenvolvimento teórico posterior.

O primeiro caminho se refere à crítica do primado das forças produtivas sobre as relações sociais de produção, apoiada na visão do modo de produção como um sistema fechado e coeso, existente a priori e em si, como totalidade preexistente e acabada. Se trata de uma perspectiva totalizante do saber, reforçado pelo equívoco analítico que concebe o capital como uma coisa e não como relação social que exige para existir a expropriação e subjugação dos trabalhadores e a apropriação e dominação dos capitalistas. No lugar da noção de modo de produção que se fecha como dogma, Lefebvre defende o uso da noção de formação socioeconômica.

O segundo eixo apontado diz respeito à necessidade de apreender e trabalhar com o conceito de produção em sua acepção ampla, contrapondo-se ao sentido restrito, mais comum nas vulgarizações do marxismo. O sentido restrito se atém à produção de produtos, coisas, objetos; enquanto o sentido lato, amplo, corresponde à produção social total, incluindo a produção de relações sociais e a produção de obras.² Nas palavras de Lefebvre, em uma de suas publicações mais célebres, o ser humano, enquanto ser social, produz “sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo”, e portanto, produz “formas políticas, jurídicas, religiosas, artísticas, filosóficas e ideológicas. A produção em sentido lato, compreende, pois, uma multiplicidade de obras e formas diversas” (LEFEBVRE, 2013, p. 125, tradução nossa).

O terceiro eixo diz respeito à necessidade de pensar em tal dinâmica não apenas como uma repetição das “mesmas” relações. Sendo o processo de reprodução uma totalidade aberta, não acabada, no mesmo processo, ocorre a produção de novas relações sociais, engendradas por novas práticas sociais e pela permanência de relações circunscritas a temporalidades históricas distintas. “Esta compreensão nos exige ir além e considerar que até mesmo a repetição não produz apenas ‘mais do mesmo’, mas o próprio repetitivo (o idêntico) não pode deixar de gerar o diferente” (BEVEDER, 2019, p. 158-159).

Assim, “este conceito designa um processo complexo que arrasta consigo contradições e não só as repete, as re-duplica, mas também as desloca, as modifica, as amplifica” (LEFEBVRE, 1973, p. 6). Dessa maneira, o campo da re-produção das relações sociais é essencialmente contraditório, pressupõe o choque entre o repetitivo e o residual, o diferencial, aquilo que não se deixa incorporar à ordem, e, por isso, é um campo aberto ao devir, um campo de disputa que contém o possível, o virtual, como parte constitutiva do real. É deste

² “[...] a obra possui algo de insubstituível e único, enquanto que o produto pode se repetir e de fato resulta de gestos e atos repetitivos” (LEFEBVRE, 2013, p. 127, tradução nossa).

pressuposto que Lefebvre fundamenta a dimensão utópica da práxis, como, por exemplo, o seu conceito de “direito à cidade” que nasce do movimento dialético entre o possível-impossível.

Para Lefebvre (1976), o processo de reprodução das relações sociais no neocapitalismo se realiza privilegiadamente em três dimensões: a vida cotidiana, o urbano e a produção do espaço (sendo que este último contém os dois primeiros). Assim sendo, a noção de re-produção das relações sociais cumpre o papel de mediar a relação entre essas esferas e a totalidade da sociedade burguesa. Partamos, primeiro, para a crítica lefebvriana da vida cotidiana e, posteriormente para a formulação da problemática espacial e os conceitos de fenômeno urbano e de direito à cidade.

A centralidade da vida cotidiana

Uma das grandes contribuições de Lefebvre para o estudo da realidade social e da re-produção das relações de produção é sua crítica da vida cotidiana, formulada progressivamente em sua trajetória intelectual.³ Vale destacar que a crítica da vida cotidiana no pensamento de Lefebvre é parte da crítica radical da sociedade burguesa e, portanto, a vida cotidiana não deve ser entendida como um nível separado; em verdade, ela adquire sentido somente na totalidade concreta na qual se insere. Ao mesmo tempo e por essa razão, a análise crítica da vida cotidiana possui inegável valor explicativo, especialmente no estudo do capitalismo contemporâneo.

Num cenário marcado por profundos abalos e transformações, Lefebvre percebe a centralidade que a vida cotidiana passa a assumir dentro do conjunto de estratégias da reprodução social, principalmente pelo estabelecimento de mecanismos de programação e organização do consumo e do lazer, pela introdução de novas tecnologias no interior da vida familiar e doméstica e o que une estes elementos: a racionalização do cotidiano por parte do Estado. A vida cotidiana, afirma Lefebvre, “[...] é a base sobre a qual se pôde estabelecer o neocapitalismo. Ele estabeleceu-se no cotidiano como solo, isto é, em terra firme, substância social conservada por instâncias políticas” (LEFEBVRE, 1973, p. 66).

³ Muitos dos elementos posteriormente desenvolvidos em publicações centrais no que se refere a esta temática – os três tomos de “Crítica da vida cotidiana” (de 1947, 1961, 1981) e o imprescindível “A vida cotidiana no mundo moderno” (publicado em 1974), comparecem já em 1936, no primeiro livro que Lefebvre publica, junto com Norbert Guterman, intitulado “A consciência mistificada”.

Especialmente a partir da década de 1950, o cotidiano deixa de ser “lugar-comum das atividades especializadas, o lugar neutro” (LEFEBVRE, 1991, p. 66) e consolida-se como parte fundamental de uma estratégia nova de reprodução, conformando o que Lefebvre propôs chamar de “sociedade burocrática do consumo dirigido”.

Neste tipo de sociedade, o cotidiano é objeto de estruturação pelo Estado, configurando-o para que ele mesmo possa se tornar elemento estruturante da reprodução social capitalista. O cotidiano na modernidade se instaura brutalmente, programando, controlando, moldando e organizando a vida cotidiana, produzindo um enorme mal-estar que convive em tensão com a satisfação generalizada através do consumo manipulado e dirigido. Dessa tensão emerge a “miséria do cotidiano”, que, com o auxílio privilegiado da publicidade, opera pela programação de necessidades e desejos, pelo repetitivo e tedioso, pelo controle e organização do tempo e do espaço através das racionalidades impostas pelo Estado.⁴

Na sociedade do consumo dirigido, a cotidianidade se entrelaça com o terrorismo, formando um par indispensável para o estudo do capitalismo contemporâneo e as formas de sua reprodução social. Sendo assim, o conceito de cotidianidade permite o alumbramento sobre as pressões e repressões que se exercem em todos os níveis da vida cotidiana.

No pensamento lefebvriano, o conceito de terrorismo tem um sentido distinto daquele do uso corrente e do senso comum. Para Lefebvre, um dos elementos que mantém a sociedade burocrática do consumo dirigido é a penetração progressiva e difusa do terror no cotidiano, isto é, pressões e repressões no âmbito da vida cotidiana. A noção lefebvriana de terrorismo, nesse sentido, permite que a análise possa apontar para além das instituições estatais ou vinculadas ao Estado e para além da ideologia para desvendar o poder e a ação da repressão no dia a dia das pessoas. O que é importante destacar, para não cair em equívocos de interpretação, é que Lefebvre não se refere à violência, ao medo, ao terror, como mecanismos de controle próprios da sociedade contemporânea.

⁴ A “miséria do cotidiano”, um dos termos da dialética da vida cotidiana, se refere “aos trabalhos enfadonhos, às humilhações, à vida da classe operária, à vida das mulheres sobre as quais pesa a cotidianidade. A criança e a infância sempre recomeçadas. As relações elementares com as coisas, com as necessidades e o dinheiro, assim como com os comerciantes e as mercadorias. É o reino do número. A relação imediata com o setor não dominado do real (a saúde, o desejo, a espontaneidade, a vitalidade). O repetitivo. A sobrevivência da penúria e o prolongamento da escassez: o domínio da economia, da abstinência, da privação, da repressão dos desejos, da mesquinha avareza” (LEFEBVRE, 1991, p. 42).

Contudo, no “mundo moderno”, a repressão penetra e se espraia na vida cotidiana de tal maneira que torna difícil entender de onde ela provém e chega a ser internalizada, justificada e até mesmo naturalizada pelos sujeitos.

O ponto máximo de internalização e naturalização do terrorismo se manifesta nas “sociedades terroristas” (LEFEBVRE, 1991), nas quais o terror difuso é maximizado, pois a repressão provém de todos os lados e cada sujeito se torna não apenas terrorista dos outros, mas também de si mesmo. Com isso, as opressões não se percebem nem se reconhecem, mas exercem um papel fundamental no controle e programação da vida cotidiana.

No entanto, apenas em aparência o terrorismo na vida cotidiana sujeita, domina e controla totalmente a sociedade. Nela, o desenvolvimento das contradições também produz outras sínteses onde pulsam o desejo e, em potência, os resíduos.

A crítica da vida cotidiana no pensamento de Lefebvre é uma crítica radical à totalidade social e seus fundamentos são dialéticos: convive com a miséria do cotidiano, sua grandeza, sua riqueza, sua potencialidade. O cotidiano, instaurado brutalmente, comporta sua negação que se expressa no campo dos possíveis, nas práticas criadoras do novo num terreno que parece ser apenas o da repetição, nas relações e práticas sociais que escapam ao poder redutor e homogeneizador que pretende tudo dominar. A riqueza da vida cotidiana, portanto, é irreduzível, ineliminável, mesmo que residual. Cabe ao pensamento, comprometido com o movimento do real, identificar, se apropriar, potencializar e orientar os resíduos para a construção de um projeto de utopia baseado numa práxis revolucionária.

Eis a riqueza e fecundidade da crítica da vida cotidiana de Lefebvre: seu objetivo principal consiste em subtrair a vida cotidiana de sua miséria e decadência, resgatando seu sentido e potência para romper com tendências dominantes e subverter a ordem.

A teoria da produção do espaço e o devir do direito à cidade

Paralelamente ao esforço de sistematização de uma crítica da vida cotidiana, Lefebvre coloca em relevo, no conjunto das suas obras publicadas desde o final da década de 1960,⁵ as transformações na sociedade industrial, que resul-

⁵ “O direito à cidade”, em 1968, “De lo rural a lo urbano”, em 1970, “A revolução urbana”, em 1970, “O pensamento marxista e a cidade”, em 1972, “Espaço e

taram na implosão-explosão da cidade e, conseqüentemente, no surgimento de uma problemática urbana, evidenciando sua entrada na “sociedade urbana”.

Reconhecendo os limites histórico-temporais do pensamento de Marx, para o qual a industrialização trazia em si mesma sua finalidade e cujas obras não colocam em questão o urbano,⁶ Lefebvre argumenta que a industrialização, ao produzir a urbanização da sociedade, materializa um duplo processo que tem como finalidade a sociedade urbana.

Contudo, destaca que esse duplo processo industrialização-urbanização perdeu seu sentido quando a vida urbana passou a ser subordinada ao crescimento econômico sem o devido desenvolvimento social. Assim, ao observar no neocapitalismo a tendência de declínio dos fenômenos ligados à industrialização, que cedem lugar aos fenômenos urbanos, Lefebvre identifica a inversão dessa perspectiva, quando a industrialização passa a se constituir enquanto etapa da urbanização:

A problemática do espaço, envolvendo as do urbano (a cidade, sua extensão) e do cotidiano (o consumo programado), desloca a problemática da industrialização. Sem, por isso, a abolir, pois as relações sociais preexistentes subsistem e o problema novo é precisamente o da sua reprodução (LEFEBVRE, 2006, p. 67).

O neocapitalismo, ao subdividir o cotidiano em trabalho, vida privada e lazer, passa a organizar a produção da obsolescência para o consumo de modo a acelerar a rotação do capital, e também a programar o emprego do tempo em um espaço adaptado para esse fim, dando origem à sociedade burocrática de consumo dirigido, em uma cidade nova cujo habitante recebe o estatuto generalizado de proletário.

No bojo da discussão sobre a cotidianidade (e a modernidade), o conceito de re-produção das relações sociais de produção ganha potência na sua obra, enquanto chave para a compreensão do processo de produção das relações sociais (produzidas e produtoras do cotidiano e do espaço) que garante a reprodução de determinadas relações (capitalistas). Dessa maneira, o autor contribui para a superação da leitura do marxismo tradicional (estruturalista) sobre os fenômenos urbanos, até então tomados como parte do modo de produção

política”, em 1973, e “A produção do espaço”, em 1974.

⁶ Apesar de conter indicações sobre a cidade e suas relações históricas com o campo; contudo, a moradia foi o único problema urbano colocado em questão na época, sendo estudado por Engels.

(capitalista), cuja estrutura define-se como uma relação entre dois grupos: as unidades de produção (as empresas) e as unidades de consumo (as cidades) nas quais “reproduz-se a força de trabalho necessária às empresas” e onde o “consumo não tem outro sentido nem outro alcance: reproduzir a força de trabalho” (LEFEBVRE, 1973, p. 74).

Para Lefebvre, o marxismo tradicional reduziu os fenômenos urbanos a um esquema pobre, onde o problema da re-produção das relações de produção passou a ser um componente da reprodução dos meios de produção (força de trabalho).⁷ Em contraposição, compreende que o lugar da re-produção das relações de produção não se localiza apenas na empresa, no local de trabalho ou nas relações de trabalho, pois o capitalismo produziu setores novos, transformando os elementos da sociedade preexistente, como a arte, o saber, os lazeres, a realidade urbana e cotidiana, apropriando-os para o seu uso mediado pela troca:

Trata-se da produção no sentido amplo: produção de relações sociais e re-produção de determinadas relações. É nesse sentido que o espaço inteiro torna-se o lugar dessa reprodução aí incluídos o espaço urbano, os espaços de lazeres, os espaços ditos educativos, os da cotidianidade etc (LEFEBVRE, 2008a, p. 48-49).

Neste sentido, a teoria do espaço social formulada por Lefebvre contempla a análise crítica da realidade urbana e da vida cotidiana, na medida em que o conjunto das atividades humanas se realiza em um espaço complexo, urbano e cotidiano que busca garantir a reprodução das relações sociais de produção. Para o autor, o urbano e o cotidiano são, ao mesmo tempo, produto e produção (inclusive dos resíduos oriundos das contradições) que ocupam um espaço social gerado através deles e inversamente. Isto posto, o autor retoma a crítica dialética da economia política, dando acento às contradições da produção do espaço e sua centralidade para a reprodução capitalista.

O capitalismo encontrou no espaço as formas de “superação” de suas crises, o que explica o salto da industrialização (produção) para a urbanização (reprodução). Assim, conseguiu atenuar os efeitos de suas crises realizando crescimento produzindo não apenas mercadorias clássicas, mas ocupando e produzindo um espaço e um cotidiano, enquanto estratégia hegemônica para re-produção das relações sociais de produção. Mas, ao não resolver suas contra-

⁷ “A questão urbana”, de Manuel Castells, em 1972, é a principal obra do período que apresenta o pensamento estruturalista sobre o fenômeno urbano e o espaço.

dições internas, permite a oposição entre os espaços dominados e os espaços apropriados e a formação de resíduos com potencial para a construção de uma estratégia contra-hegemônica. Desse modo,

O espaço social contém, designando-lhes lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações bio-fisiológicas ente os sexos, as idades, com a organização específica da família - e as *relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere com a divisão do trabalho; todavia, o espaço social discerne essas atividades para “localizá-las”. Não sem fracassos! (LEFEBVRE, 2006, p. 30, grifos do autor).

Para o autor, a urbanização se “autonomizou” da industrialização e, conseqüentemente, as crises do capital se expressam na produção do espaço; logo, a problemática urbana contemporânea se revela como problemática espacial. Dessa maneira, Lefebvre desloca o debate sobre a contradição clássica entre capital e trabalho para as novas contradições presentes no cotidiano da sociedade urbana neocapitalista, superando esta contradição fundamental sem, no entanto, negá-la:

Não é apenas toda a sociedade que se torna o lugar da reprodução (das relações de produção e não já apenas dos meios de produção: é todo o espaço. Ocupado pelo neo-capitalismo, sectorizado, reduzido a um meio homogêneo e contudo fragmentado, reduzido a pedaços [...], o espaço transforma-se nos paços do poder. As forças produtivas permitem que os que delas dispõem disponham do espaço e venha até a *produzi-lo*. A capacidade produtiva se estende ao espaço terrestre e transborda-o; o espaço social natural é destruído e transformado num produto social pelo conjunto das técnicas [...] Mas este crescimento das forças produtivas não pára de gerar contradições específicas que re-produz e agrava (LEFEBVRE, 1973, p. 95-96, grifos do autor).

Se, por um lado, o espaço é o lugar da reprodução das relações de produção capitalistas, no qual as forças do capital produzem o espaço homogêneo substituindo-se o desejo de viver pelo imperativo redutor: “sobreviver primeiro e sobreviver apenas” (LEFEBVRE, 1973, p. 25), por outro, permite dialeticamente a formação do espaço diferencial enquanto negação do capitalismo, contendo uma virtualidade que aponta o horizonte do direito à cidade. Assim, a luta de classes intervém na produção do espaço, com a capacidade de produzir

diferenças que não sejam internas ao crescimento econômico, impedindo que o espaço abstrato se estenda ao planeta e apague tais diferenças:

Se o espaço se torna lugar da re-produção (das relações de produção), torna-se também lugar de uma vasta contestação não localizável, difusa, que cria o seu centro às vezes num sítio e logo noutro. Esta contestação não pode desaparecer, pois é o rumor e a sombra prenhe de desejo e de expectativa que acompanham a ocupação do mundo pelo crescimento econômico, pelo mercado e pelo Estado (capitalista ou socialista) (LEFEBVRE, 1973, p. 97-98).

Na perspectiva da superação do espaço apenas enquanto produto (mercadoria), Lefebvre aponta a dialética entre a triplicidade “percebido – concebido – vivido” (que corresponde espacialmente à triplicidade “prática do espaço – representações do espaço – espaços de representação”). Longe de um modelo abstrato, essa triplicidade tem como propósito evidenciar a interferência das relações sociais (de produção e de reprodução) no espaço e as contradições que provocam. Para o autor, a prática espacial associa e separa a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e as redes que articulam os lugares do trabalho, da vida privada, dos lazeres) no espaço percebido. As representações do espaço conformam um sistema de significação produzidas pelo conhecimento e pela ideologia, que servem de instrumental ao urbanismo e à tecnocracia para identificar o espaço vivido e espaço percebido com o espaço concebido. E os espaços de representação materializam o espaço de dominação tensionado pela apropriação no espaço vivido dos habitantes/usadores.

Assim, sua crítica busca ultrapassar o campo cego, permitindo compreender o urbanismo como ideologia, que substitui o conceito de “habitar”, “participar de uma vida social, de uma comunidade, aldeia ou cidade, onde a vida urbana detinha, entre outras qualidades, esse atributo” (LEFEBVRE, 2008b, p. 23), pelo de “habitat” que, ao funcionalizar a cidade, provocou a perda da centralidade do sentido da obra e da consciência social sobre a produção, substituída pela cotidianidade do consumo e, conseqüentemente, da consciência urbana. Como também perceber a segregação e a integração à sociedade gerida pela burguesia (e pelo Estado a seu serviço) enquanto estratégia de classe, mediante sistemas e subsistemas que privilegiam dado elemento do espaço social, atraindo para si uma atividade e “desviando-a da apropriação para formalizá-la e metamorfosear os atos e as obras em signos e significações” (LEFEBVRE, 1991, p. 110).

Sem ilusões passadistas, Lefebvre destaca que, para a cidade se tornar o que foi, ato e obra de um pensamento completo, é necessária uma estratégia urbana a ser implementada por grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias, encarregada de formular e implementar soluções para os problemas urbanos, baseada na elaboração de um programa político de reforma urbana e de projetos urbanísticos, de curto, médio e longo prazo:

Só um projeto global pode definir e proclamar todos os direitos, os direitos dos indivíduos e dos grupos, determinando as condições do seu ingresso na prática. Entre esses direitos, recordemos: o *direito à cidade* (o direito a não ser afastado da sociedade e da civilização, num espaço produzido com vista a essa discriminação) – e o *direito à diferença* (o direito a não ser classificado à força em categorias determinadas por potências homogeneizantes) (LEFEBVRE, 1973, p. 38, grifos do autor).

A pressão das massas tem como efeitos o surgimento e o reconhecimento de alguns direitos que definem a civilização, que progressivamente se incorporam à vida cotidiana e se inscrevem nos códigos que regulamentam as relações sociais. Entre esses direitos, surge a reivindicação do direito à cidade, “não à cidade arcaica mas à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o *uso* pleno e inteiro desses momento e locais etc” (LEFEBVRE, 2008b, p. 139, grifo do autor), que

[...] se manifesta como uma forma superior dos direitos: o direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à *obra* (à atividade participante) e o direito à *apropriação* (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade (LEFEBVRE, 2008b, p. 134, grifos do autor).

Nessa direção, o direito à cidade busca a realização da vida urbana como reino do uso, que exige o domínio do econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) e que pressupõe uma teoria integral da cidade e da sociedade urbana que utilize os recursos da ciência, da filosofia e da arte, na qual a classe trabalhadora seja o agente, o portador ou o suporte social dessa realização, que se inscreve na perspectiva de revolução sob hegemonia dessa classe.

Para tanto, ao lado da revolução econômica (planificação orientada para as necessidades sociais) e da revolução política (controle democrático do

aparelho estatal e autogestão generalizada), é necessária uma revolução cultural permanente. Neste sentido, a reflexão do autor apresenta uma estratégia contra-hegemônica, uma utopia que projeta sobre o horizonte um “possível-impossível”, um projeto que proponha novas práticas urbanas em uma nova sociedade urbana.

Cabe destacar que o conceito de direito à cidade, embora formulado por Lefebvre em 1968, vem ganhando outras leituras desde a Carta Mundial do Direito à Cidade de 2004⁸ e o livro “Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana”, de 2012 (HARVEY, 2014), convertendo-se em bandeira de luta em manifestações no Brasil e em outras partes do mundo.⁹ Assim, vem se constituindo em um conceito polissêmico, com uma diversidade de orientações, contemplando tanto o direito de ir e vir, quanto o direito a exercer poder sobre o processo de urbanização e, até mesmo, o direito à obra e à apropriação.

Diante deste quadro, Brandt (2018) aponta que as leituras sobre o direito à cidade, inclusive aquelas inspiradas em Harvey (2014), têm assumido um caráter mais reformista do que revolucionário, envolto na armadilha do urbanismo enquanto ideologia, em um projeto de “gestão democrática da cidade” através de políticas públicas conduzidas pelo Estado. Um quadro que, ao ocultar a segregação através de integração à sociedade burocrática de consumo dirigido, sugere a perda de seu status de utopia urbana experimental, tão cara ao pensamento de Lefebvre.

Contribuições do pensamento lefebvriano ao ensino do Serviço Social

Os limites de um texto sintético sobre o estudo do pensamento lefebvriano exige igual capacidade de síntese sobre as mediações entre tal legado teórico e político e o Serviço Social. Assim, parte-se dos elementos do pensamento de Henri Lefebvre, já analisados, e privilegia-se a interlocução entre estes e o âmbito da formação profissional do Serviço Social.

⁸ Carta resultante do Fórum Social das Américas de Quito em 2004, do Fórum Mundial Urbano de Barcelona em 2004 e do V Fórum Social Mundial de Porto Alegre em 2005.

⁹ Desde a crise econômica de 2008, diferentes manifestações tomaram conta do globo, dentre as quais destacam-se as Jornadas de Junho no Brasil, o Occupy nos EUA, os Indignados na Espanha, a Primavera Árabe no Oriente Médio, entre outras.

A lógica estruturadora das atuais diretrizes curriculares do ensino de Serviço Social destaca a existência de três núcleos de fundamentação¹⁰ e a necessária articulação transversal entre eles: 1) núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; 2) núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; e 3) núcleo de fundamentos do trabalho profissional

Tais núcleos se conectam a princípios da formação profissional, dentre os quais destacam-se dois:

- Rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social e do Serviço Social, que possibilite a compreensão dos problemas e desafios com os quais o profissional se defronta no universo da produção e reprodução da vida social.
- Adoção de uma teoria social crítica que possibilite a apreensão da totalidade social em suas dimensões de universalidade, particularidade e singularidade (MEC-SESU, 1999, p. 3).

Ao analisar cada um dos núcleos e a necessária articulação entre os mesmos, parte-se da compreensão que o patrimônio teórico e político marxista de Henri Lefebvre vêm ao encontro do fortalecimento da adoção de uma teoria social crítica fundada sob a perspectiva metodológica de totalidade para a compreensão tanto da vida social, na particularidade histórica e espacial da formação social brasileira, quanto do Serviço Social e de suas exigências críticas formativas e de intervenção nas relações sociais. Assim, a seguir, são expostos três tópicos que expressam “campos de complexidade”, a partir dos quais a contribuição lefebvriana pode ser pensada no âmbito do ensino do Serviço Social. A intenção é contribuir para uma agenda de debates e estudos sobre a contribuição de Henri Lefebvre à formação profissional em Serviço Social.

¹⁰ A aprovação das diretrizes curriculares para os cursos de Serviço Social, pela Resolução nº15, de 13 de março de 2002, alterou tanto o documento enviado pela ABEPSS, em 1996, com base no documento “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o Curso de Serviço Social, aprovado em Assembleia Nacional (A.N) da entidade, quanto o documento da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, criada no âmbito da Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação e do Desporto. Tal processo foi tensionado pela aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases de 1996, um mês após a aprovação do currículo mínimo, bem como pelo aprofundamento da agenda neoliberais no âmbito da política de educação superior. Sendo assim, o texto final dos três núcleos de fundamentação sofreu redução no escopo de sua redação. Contudo, utiliza-se aqui a formulação do documento da Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, de 1999, que ratifica a formulação original de 1996.

1) O espaço é socialmente produzido e a prática espacial de uma sociedade reage sobre as relações sociais re-produzindo a sociedade.

A teoria da produção do espaço pressupõe reconhecer que o espaço não se reduz à dimensão de localização de objetos no espaço, ainda que essa prática esteja também contida e subsumida à produção/reprodução do espaço. No dizer de Lefebvre, “Sejamos claros: produção do espaço e não deste ou daquele objeto, desta ou daquela coisa no espaço.” (LEFEBVRE, 2008a, p. 138). Portanto, como já analisado, não há teoria da produção do espaço em Lefebvre que se sustente sem a compreensão da centralidade da re-produção das relações sociais de produção, mediadas pelo nível da vida cotidiana. Dentre as importantes implicações desse pressuposto teórico-metodológico e político, para a formação de assistentes sociais, destacam-se duas.

A primeira é a crítica à redução da dimensão espacial das políticas sociais à localização dos seus equipamentos no espaço urbano e rural, que reforça a compreensão também residual e coisificada da materialidade das políticas sociais como “produtos” (equipamentos), esvaziando-se a dimensão processual das relações sociais que as produzem. Da mesma forma, tal visão reitera o espaço como um inerte, mero “pano de fundo” e “porção física” do território sob a qual são implantados os equipamentos das políticas sociais. Ou seja, tudo se passa como se a produção do espaço e as configurações socioespaciais de suas práticas, estruturas e morfologias urbanas – como, por exemplo, a segregação, as representações sociais de “risco” e “violência” sobre territórios populares, a concentração fundiária e imobiliária, os usos sociais da terra considerados pelo Estado como “informais” e “ilegais”, na cidade e no campo, o sistema de transporte e mobilidade –, não fossem frutos das relações sociais e de sua re-produção. Tampouco é considerado o fato de que a ação do Estado, através das políticas sociais, produz o espaço e esse espaço socialmente produzido reage sobre as relações sociais como elemento limitador e/ou potencializador dessas mesmas relações, criando novas ou sedimentando antigas relações socioespaciais que re-produzem a sociedade.

A segunda implicação importante, e que se articula a primeira, se expressa na concepção relacional e crítica do conceito de território que não se reduz à dimensão normativa ou administrativa das formas de fragmentação e classificação do real e da vida social por parte do Estado. Tal prática é também produtora do espaço, contudo no sentido da sua fragmentação, normalização e disciplinamento e do controle das relações sociais que lhe dão suporte material

e simbólico no plano da vida cotidiana. Assim, a regulamentação legal e administrativa dos territórios urbanos e rurais pelo Estado¹¹ corresponde às práticas de dominação, indicadas por Lefebvre (2006), como práticas de “representação do espaço. Estas se expressam como domínio das diferentes áreas do conhecimento científico, como, por exemplo, o Serviço Social, que produzem um “espaço concebido”, notadamente através da instituição e difusão de uma tecnocracia retalhadora e agenciadora (LEFEBVRE, 2006) do espaço, responsável por transformar a vida cotidiana em instituição (LEFEBVRE, 1968) e disciplinar “os espaços de representação, ou seja o espaço vivido” (LEFEBVRE, 2006, p. 40).

Assim, considerando as duas implicações expostas, é importante refletir sobre os conteúdos formativos e as práticas pedagógicas e curriculares que reforcem o sentido proposto por Farage, Helfreich e Cardoso (2019), ao Serviço Social.

Cabe, contudo, ao assistente social indagar de qual concepção de território está se partindo teórica e praticamente? Os territórios de vida ou territórios utilizados que nos ensina Santos e Silveira (2001), carregados de contradições e que, portanto, também produzem “resíduos” do e no espaço, no sentido lefebvriano (LEFEBVRE, 1991), que resistem, escapam e são irreduzíveis ao disciplinamento dos corpos e das práticas, das formas de pensar e desejar, no plano da vida cotidiana e no exercício da sua superação? Ou partimos do território abstrato pensado, representado, esquadrinhado e projetado a partir dos gabinetes das secretarias de governo, de cima para baixo, sem participação da população e, muitas vezes, dos próprios profissionais que executarão as suas ações, sejam eles da carreira pública ou de equipes terceirizadas de trabalho social? Para responder tal questão é necessário aprofundar processos de investigação sobre a longa história do Serviço Social nos territórios da moradia popular e das políticas urbanas voltadas para esses territórios a fim de conhecer e, assim, divulgar e ensinar no âmbito da profissão sobre os fundamentos teóricos-metodológicos e ético-políticos dessas experiências e o quanto elas revelam de capacidade criadora do Serviço Social, sem esquecer que essa é também uma capacidade construída coletivamente e de forma interdisciplinar, na direção da luta pelo direito à cidade (LEFEBVRE, 2001), partindo do “território utilizado” (SANTOS; SILVEIRA, 2001) e de seus sujeitos (FARAGE; HELFREICH; CARDOSO, 2019, p. 53-54).

¹¹ Cabe destacar que as ações do Estado produzem práticas socioespaciais que embaralham as fronteiras sempre porosas entre o que é legal e ilegal, formal e informal, como as que se exercem sob forma racista e violenta em territórios populares.

2) O devir histórico enquanto totalidade aberta ao irreduzível da práxis humana.

A transformação da realidade é uma das possibilidades existentes dentre as sínteses produzidas pelo movimento das contradições do real. Isso pressupõe a compreensão não redutível da categoria da práxis aos momentos mimético e repetitivo das relações sociais capitalistas, contendo o potencial da utopia e da desestruturação/reestruturação das relações sociais, logo da transformação das condições de possibilidade do devir histórico pela ação dos sujeitos. Aqui, a centralidade da categoria da práxis para a dialética marxista é um dos legados fundamentais do pensamento lefebvriano, que pode operar como mediador importante entre o núcleo de fundamentos do trabalho profissional e os demais núcleos, no sentido, inclusive, da dialética do “possível-impossível” concernente à práxis humana frente ao movimento do devir histórico.

Tal consideração permite, por exemplo, contribuir para aprofundar a compreensão teórico-prática e ético-política da práxis profissional do Serviço Social, a partir da relação entre projeto profissional e projeto societário; analisar a dimensão interseccional classista, de gênero e racial desse projeto, suas condições histórica e espacialmente concretas de correlação de forças, bem como seus componentes de utopia, articulados às diferentes temporalidades das lutas cotidianas do Serviço Social enquanto profissão e parte da classe trabalhadora. Da mesma forma, possibilita arguir a formação profissional quanto a sua real e constante permeabilidade ao movimento das contradições do real e seus conflitos protagonizados pelas diferentes lutas sociais e de classe e seus sujeitos e coletivos. Ou seja, sob a chave interpretativa da práxis coloca-se para a formação profissional do Serviço Social, por exemplo, questionar se e como seus conhecimentos e suas práticas pedagógicas e curriculares estão voltadas para a sociedade civil, a ação coletiva da classe trabalhadora, os movimentos sociais e as novas formas de ativismo social que não se reduzem ao âmbito institucional da política de Estado ou na forma mais restrita das políticas sociais.

3) Articulação dialética entre as dimensões agrária, urbana e ambiental do espaço e de suas expressões na questão social.

A compreensão dialética entre as dimensões agrária, urbana e ambiental da produção do espaço e suas expressões na formação e desenvolvimento da questão social no Brasil pressupõe a articulação entre os três núcleos de fundamentação das diretrizes curriculares do Serviço Social, enquanto movimento de

(re)construção de sínteses de múltiplas determinações da realidade social. Neste sentido, expressam formas contraditórias do ser social e das relações sociais na sociedade capitalista, na sua universalidade, que se articulam às particularidades e singularidades, aí incluídas as diferentes, desiguais e combinadas temporalidades do desenvolvimento da formação social brasileira e da re-produção de suas relações sociais de produção. Defende-se aqui que uma “chave interpretativa” fundamental da re-produção das relações sociais no Brasil e das expressões da questão social, para se proceder à articulação entre os três núcleos de fundamentação da formação profissional, é a história social da terra e da propriedade e de suas contradições, sujeitos e conflitos. Tal práxis não é apenas histórica, mas socioespacial e se insere na longa história da produção social do espaço no Brasil. Sobre essa questão, o texto corrobora as reflexões de Cardoso (2018) a esse respeito:

Assim, ao analisar a relação entre o movimento mais universal do capital como relação social e a história da formação social brasileira, o que inclui seu processo de transição e desenvolvimento ao capitalismo, a questão da terra e da propriedade é uma determinação estrutural desse processo, que se singulariza e se particulariza em diferentes formas e relações sociais, como nas questões agrária, urbana e ambiental, que entram em conflito, porque fundadas sobre as contradições dessa ‘longa história’. Tal determinação estrutural manifesta-se, no tempo presente e em distintas conjunturas históricas, sob diferentes práticas encarnadas em sujeitos de classe que, ao se transformarem historicamente, alteram também as formas e os conteúdos dos conflitos e das suas lutas, reagindo assim sobre as estruturas e conjunturas históricas e conformando as condições de possibilidade presentes e futuras da terra e da propriedade na organização da vida social (CARDOSO, 2018, p. 48).

A análise de Lefebvre acerca da unidade trinitária entre trabalho, terra e capital, ao retomar a centralidade dessa relação no pensamento de Marx, e expor a transformação das práticas de uso e ocupação da terra e a subordinação dessas à propriedade privada e à lógica da mercadoria, supera o caráter ideológico “disjunto do espaço”¹² e oferece uma importante contribuição à efetivação

¹² Ao analisar a “fórmula trinitária” de Marx, capital, terra, trabalho e suas formas de rendimentos, lucro, renda fundiária, salário, Lefebvre constrói sua proposta de análise do espaço conjunto-disjunto: “A ideologia é a de aceitar a dissociação e considerá-la real. [...] Nossa hipótese sobre o espaço conjunto-disjunto se vincula, pois, diretamente, ao esquema tripartite ou trinitário da sociedade capitalista, segundo Marx” (LEFEBVRE, 2008a, p. 52).

dos princípios de apreensão da totalidade social e de tratamento teórico e metodológico rigoroso da realidade social e do Serviço Social. Assim, compreende-se como matéria-prima da formação dos assistentes sociais o ensino e o estudo da história social da terra e da propriedade, a partir das diferentes formas de apropriação, dominação, uso e ocupação da terra, suas tradições e histórias de conflito, opressão e resistência, nas diferentes escalas do território da vida cotidiana da classe trabalhadora, o que inclui o corpo desses sujeitos e suas existências generificadas e racializadas, como dimensão imediata e mediada desses processos históricos de opressão e desigualdade de classe para a compreensão da questão social.

Considerações finais

O texto buscou não compartimentalizar a vasta obra de Lefebvre, evidenciando a potência de seu pensamento para a tradição marxista e a leitura dialética da realidade em movimento. A análise da re-produção das relações sociais de produção, a partir da centralidade conferida à vida cotidiana e à produção do espaço, visou apresentar e analisar as contradições desses dois níveis da dinâmica da re-produção das relações sociais na sociedade capitalista. A partir da problematização dessas contradições, o capítulo destacou a necessária compreensão do caráter irreduzível da práxis ao seu fechamento em uma totalidade sistêmica, fechada à ordem capitalista. Nesse sentido, foram analisados também a ideia-força da riqueza e miséria do cotidiano, e os conceitos de direito à cidade, apropriação-obra, e do movimento dialético do possível-impossível. O texto avançou, por último, na interlocução entre o pensamento lefebvriano e a formação em Serviço Social, defendendo a contribuição dessa interlocução para a efetivação dos princípios de apreensão da totalidade social e de tratamento teórico e metodológico rigoroso da realidade social e do Serviço Social contidos nas diretrizes curriculares da formação profissional.

Referências

BEVEDER, M. B. **O retorno a Lefebvre: a noção de re-produção das relações sociais de produção e a crítica da vida cotidiana como contribuições à tradição marxista.** 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

BRANDT, D. B. **Produção social do espaço e mobilidade das pessoas com deficiência e doença crônica na Cidade do Rio de Janeiro**. 2018. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

CARDOSO, I. C. C. Terra e propriedade como fundamentos da análise das questões agrária, urbana e ambiental. *In*: SANTANA, J.V. (Org.). **Habitação e Serviço Social**. Campinas, 2018.

FARAGE, E.; HELFREICH, F.; CARDOSO, I. C. C. Questão urbana, direito à cidade e o serviço social. *In*: RAMOS, A. *et al.* (Org.). **Desenvolvimento, formação social brasileira e políticas públicas**: subsídios analíticos para o serviço social. Uberlândia/MG, 2019.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

LEFEBVRE, H. **Contra os tecnocratas**. Lisboa: Moraes Editores, Coleção Temas e Problemas, 1968.

_____. **A re-produção das relações de produção**. Porto: Publicações Escorpião, 1973.

_____. **Tiempos equívocos**. Testimonio autobiográfico. Barcelona: Kairós, 1976.

_____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La Production de L'Espace*. 4. ed. Paris: Ed. Anthropos, 2000). Primeira versão: 2006.

_____. **Espaço e política**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.

_____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Centauro, 2008b.

_____. **La producción del espacio**. Madrid: Capitán Swing: 2013.

MEC-SESU. Coordenação da Comissão de Especialistas de Ensino. Comissão de Especialistas de Ensino (CCEE). Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social (Coness). **Diretrizes Curriculares**. Curso Serviço Social. Brasília, fev. de 1999. Disponível em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311140412406970.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2020.